



PSD p.7

“Há pouca ambição orçamental”



PSD p.8

“Este modelo de desenvolvimento não traz bons resultados”

POVO LIVRE



n.º 1944

16 de novembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNO PRETENDE “LAVAR AS MÃOS” DA POLÉMICA NA CGD



PSD Pedro Passos Coelho comenta a trapalhada criada pelo Executivo



Governo deve ter um discurso claro sobre a reestruturação da dívida

O líder do PSD acusou o Governo de ter uma “posição dúbia” sobre a reestruturação da dívida, pedindo ao Executivo para ser mais “claro e cristalino” sobre esta matéria. “Convidaria o Governo a ser mais claro, cristalino até, e rápido a esclarecer isto, porque isto são dúvidas que no mercado só podem penalizar ainda mais os portugueses e pagar ainda mais juros, quando a nossa intenção era justamente poder pagar menos juros”, afirmou Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas à saída de um encontro de duas horas e meia com a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, 8 de novembro, em Lisboa.

Acusando o Governo socialista de ter tido uma “posição dúbia sobre esta matéria”, Passos Coelho insistiu que era importante que o Governo dissesse “cabalmente que não vai suscitar nem junto dos credores, nem em Bruxelas um processo de renegociação da dívida”, como defendem o PCP e o BE.

Pedro Passos Coelho entende que é preciso que o Executivo diga cabalmente que não vai suscitar esse processo, nem junto dos credores, nem junto de Bruxelas.

Considerando que diferentes membros do Governo têm tido “o cuidado de não se contradizerem entre si”, não dizendo “exatamente as mesmas coisas para nunca se perceber bem qual é o objetivo ou a intenção”, o presidente social-democrata notou que qualquer processo de renegociação quebrará a confiança dos investidores em relação a Portugal, o que seria “trágico para o país”.

“Não percebo por que é que o Governo de uma forma rápida e cristalina não põe um ponto final nessas dúvidas”, venceu.



Passos Coelho considera que Portugal pode vir a pagar menos juros pela dívida, mas para isso terá de tirar partido da política monetária do Banco Central Europeu (BCE), à semelhança do que outros países estão a fazer, como a Espanha.

“Somos o único país que não está a tirar partido dessa situação, pelo contrário, estamos até a ter um agravamento das taxas de juro a cinco anos e a dez anos”, disse, estimando que em 2016 o país vá pagar mais cerca de 350 milhões de euros de juros da dívida.



O líder do PSD falou ainda da possibilidade de Portugal reduzir a taxa de juro dos empréstimos oficiais, mas lembrou que, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) não aceita redução de juros, isso só seria possível se Portugal se financiasse nos mercados a taxas de juro mais baixas para pagar antecipadamente ao FMI os empréstimos que tem a taxas mais altas.

“Mas, como é sabido, o Governo está a fazer o

contrário”, sublinhou, recordando que o executivo já disse que, ao contrário do que estava programado, não irá pagar antecipadamente seis mil milhões de euros ao FMI até ao final do ano, “porque precisa do dinheiro para outras coisas”.

“Relativamente aos empréstimos europeus, nós já estamos praticamente a pagar as taxas de juro que são suportadas pelos fundos europeus que nos

emprestaram o dinheiro. Mais do que isso só se nos oferecessem os juros do dinheiro que nos emprestaram e parece-me pouco razoável”, afirmou.

Passos Coelho foi ainda questionado sobre as primeiras indicações de Bruxelas sobre o Orçamento do Estado para 2017, assegurando que se a Comissão Europeia aceitar a proposta do Governo ficará “muito satisfeito”, pois o PSD não está interessado que existam problemas orçamentais e financeiro em Portugal.



PSD endereçou cumprimentos ao Presidente dos Estados Unidos eleito

O líder do PSD endereçou cumprimentos ao Presidente dos Estados Unidos eleito, fazendo votos para que Donald Trump se distancie do tom da campanha eleitoral, porque assim “talvez as coisas não corram tão mal quanto se espera”. “Cumprimento o novo Presidente eleito dos Estados Unidos da América que merece o nosso respeito, porque foi eleito democraticamente pelos americanos”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas, no final de um encontro com responsáveis da CGTP-IN, em Lisboa, dia 9.

Reconhecendo que se a ação futura de Donald Trump for consistente com o que foi dito em campanha eleitoral há motivos alguma apreensão, Passos Coelho fez votos para que o novo Presidente dos Estados Unidos se distancie “um pouco daquilo que foi o tom da campanha eleitoral”, porque assim “talvez as coisas não corram tão mal quanto se espera”.

Donald Trump venceu as eleições de terça-feira, 8 de novembro, obtendo 276 votos no colégio eleitoral, contra os 218 conquistados pela adversária democrata, Hillary Clinton.

Num comentário a este resultado, o presidente do PSD admitiu o resultado não constituiu uma surpresa, principalmente depois do que se passou no Reino Unido, onde “as sondagens falharam redondamente” porque não conseguiram captar o sentido de voto de muitos insatisfeitos que normalmente não votam e que quando aparecem surpreendem quem faz as estimativas

“Sobretudo quando sabemos que esses insatisfeitos têm vindo a aumentar na Europa, nos Estados Unidos também, é muito natural que o chamado politicamente correto possa falhar, mas isso significa que tem de haver uma reavaliação razoável – que devia estar a acontecer na Europa e espero que aconteça também nos Estados Unidos – que nos permita ir melhor ao encontro das expectativas dos cidadãos e não estar a defraudá-los”, sublinhou Passos Coelho.

Ainda sobre o que espera que aconteça daqui para a frente, o líder social-democrata fez votos para que não se siga por um caminho de “fechamento, de protecionismo, de olhar para o umbigo”, fazendo de conta que não existe globalização, “porque esse mundo já não existe”.

Recusando fazer “profecias” ou previsões, Passos Coelho reconheceu que há um nível de incerteza muito



grande” porque, embora se sabia o que “os americanos recusaram e o que é que não queriam”, o que escolheram “é em grande medida uma incerteza”. “Aquilo que temos para nos guiar é aquilo que foi dito durante a campanha”, frisou, considerando que há que “aguardar para ver”.

“Sabemos que ele foi eleito democraticamente, sabemos que ele tem um programa que anunciou que é um programa de maior fechamento da economia americana, de maior protecionismo, de certa maneira de maior fechamento da própria sociedade também, e isso não é uma coisa que nos agrada, (...) não é um resultado entusiasmante, espero que a prática se distancie disso”, insistiu.

Governo pretende “lavar as mãos” da polémica na CGD



Pedro Passos Coelho acusa o Governo de querer “lavar as mãos” da polémica relativa à recusa dos administradores da Caixa, que se recusam em entregar as declarações de rendimentos ao Tribunal Constitucional. “Foi o Governo e o primeiro-ministro que fizeram a lei e convidaram a administração, não pode agora [António Costa] lavar as mãos e dizer que isso é com a Justiça. Isso é com ele, é com o Governo, não pode ser de outra maneira”, defendeu o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas à entrada de um encontro da “Trilateral Commission”, que decorreu num hotel de Lisboa, sábado, 12 de novembro.

Passos Coelho considera ser “um bocadinho surreal” que o Executivo queira “lavar as mãos do problema”. “Acho que é um bocadinho surreal, para não dizer até eticamente reprovável, que o Governo que fez a escolha da administração, alterou a lei de forma objetiva e consciente, esteja agora a lavar as mãos do problema, como se não tivesse nada a ver com o assunto”, argumentou, considerando que “ninguém compreende isso”.

O líder do PSD recordou, a propósito, que o Governo disse que “não foi por acaso” que fez um decreto lei que alterou o Estatuto do Gestor Público. “Fê-lo justamente para retirar um conjunto de obrigações desses gestores que todos os outros gestores aceitam”, lembrou.

Contudo, o Governo agora quer “lavar as mãos” e remete isso para os tribunais, como se não tivesse sido o próprio executivo a fazer a leis, a convidar os administradores e a dar-lhes indicações sobre o que é que deviam fazer ou não. “Acho que é lamentável que isso aconteça, isso revela uma falta de liderança do próprio Governo e



uma dificuldade em assumir as responsabilidades daquilo que foi no passado decidido”, salientou.

Admitindo já estar “cansado” de comentar a polémica levantada pela recusa dos administradores da Caixa em entregarem as suas declarações de rendimentos e da situação já ser até “um bocadinho penosa”, Passos Coelho lamentou a ausência de uma “clarificação”: “E não digo isso porque hoje estou na oposição, quando fui primeiro-

ministro as regras eram claras e eram cumpridas, não percebo porque é que agora não são”.

A Comissão Trilateral é um fórum de discussão privado fundado em 1973 e que procura fomentar a cooperação entre a Europa, América do Norte e Ásia. Integra, entre outros, Jean-Claude Trichet, Joseph S. Nye, Jr. e Yasuchika Hasegawa. Lisboa acolheu entre 11 e 13 de novembro o 40.º Encontro Regional para a Europa.

Miguel Veiga ficará inscrito a ouro nas páginas da história do PSD

O presidente do PSD lamentou o falecimento de Miguel Veiga, lembrando-o como “um homem com uma personalidade muito forte e de convicções muito grandes”. “Quero deixar uma palavra de pesar à família e também para o PSD, porque se trata de uma personalidade que foi fundadora do PSD. Trata-se de uma personalidade que nos deixa mais pobres com o seu desaparecimento”, afirmou segunda-feira à noite Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas à entrada para o velório, no Palácio dos Viscondes de Balsemão, no Porto.

O presidente social-democrata recordou que Miguel Veiga “teve uma história muito rica e muito importante, não apenas como advogado”, mas também “como pensador” e “pessoa de cultura”.

“Trata-se de um homem com uma personalidade muito forte e também de convicções muito grandes. Foi uma pessoa polémica durante muitas oportunidades em que nos deu a conhecer o seu pensamento. Foi também um homem que mesmo na política desde cedo como constituinte fez uma intervenção muito relevante numa hora em que a democracia se instituiu em Portugal”, declarou.

O PSD agradeceu o “muito que deve” ao fundador Miguel Veiga. Miguel Veiga “deu um contributo para aquilo que é o PSD e as suas linhas programáticas, o seu pensamento”, constituindo “um exemplo”.

“Hoje, damos testemunho sobretudo daquilo que foi a sua vida e o seu exemplo para o Porto, para o país, para o PSD. E quero, em nome do PSD, também deixar uma palavra de amizade e de condolência muito sentida à sua família, em particular à sua mulher”, venceu.

Numa nota de pesar divulgada, o PSD assinalou a perda de um dos seus fundadores e mais distintos militantes. “O Dr. Miguel Veiga ficará com o nome inscrito a ouro nas páginas da história do Partido Social Democrata e da cidade do Porto, da qual era um dos seus mais amados príncipes”, sublinhou a nota.

Também numa nota de condolências divulgada na página da Internet do PSD/Porto, o presidente da distrital do PSD do Porto, António Bragança Fernandes, referiu-se a Miguel Veiga como “um dos maiores e melhores defensores do país em especial do norte e da sua eterna cidade, o Porto”. “Com o Dr. Francisco Sá Carneiro, o Dr. Miguel Veiga foi um dos fundadores do Partido Social Democrata em Portugal e um lutador da liberdade do país”, acrescentou.

“Hoje, o PSD perdeu um dos seus melhores quadros, um político de referência e livre pensador da causa pública e política”, lamentou a distrital do PSD/Porto,



salientando o “brilhante advogado, com escritório na cidade portuense, formado pela academia de Coimbra”.

O PSD/Porto registou, também, que Veiga foi “um excelente político, tendo feito parte das primeiras Comissões Políticas Nacionais do PPD/PSD”, para além de “um ilustre parlamentar na Assembleia da República, tendo durante toda a sua vida defendido os valores da democracia, da liberdade das pessoas e do pensamento”.

“Portugal e o PSD, ficaram mais pobres, perderam um homem bom, detentor de um intelecto brilhante e de uma cultura ímpar, um homem reto e justo, um homem de causas e um homem dedicado ao seu trabalho”, acrescentam.

Miguel Luís Kolback da Veiga nasceu em 30 de Junho de 1936, no Porto. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1959, ocupou o cargo de

vice-presidente do PSD e foi deputado da Assembleia Constituinte. Foi também em Coimbra que iniciou também o seu percurso na política, como voz da Juventude Democrática e participante na primeira lista da oposição da Associação Académica em Coimbra. Foi, conjuntamente com Francisco Sá Carneiro e Pinto Balsemão, um dos fundadores do Partido Popular Democrático, em 1974. Considerava-se laico, republicano e social-democrata, princípios que entendia serem a identidade reformista do PSD. Condecorado e membro do Conselho das Ordens Honoríficas, foi também agraciado, em 2007, com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro e, em 2015, com a Medalha de Honra da Cidade. Para além disso, presidiu à Comissão de Toponímia do Porto.

Advogado e fundador do PSD, Miguel Veiga faleceu segunda-feira, 14 de novembro, cerca das 12h30, aos 80 anos, no Porto.



“Há pouca ambição orçamental”

Maria Luís Albuquerque criticou o que diz ser a “pouca ambição” política e orçamental do Governo, acrescentando que uma “boa notícia” para o executivo é “não acontecer uma desgraça”. Falando numa conferência em Lisboa, a vice-presidente social-democrata teceu críticas ao que diz ser uma “tendência” comunicativa do Governo de “chamar boas notícias ao facto de determinadas más notícias não acontecerem” – Maria Luís Albuquerque deu o exemplo das agências de ‘rating’ e das mais recentes previsões económicas da Comissão Europeia.

“No ano passado, no fim do ano, várias agências de ‘rating’ estavam prestes a passar o país novamente para o nível de investimento, tendo inclusivamente passado o ‘outlook’ de estável para positivo. (...) E a boa notícia verdadeiramente seria essa, que Portugal deixava de depender apenas de uma agência de ‘rating’ para ter acesso ao financiamento do Banco Central Europeu e passava a ter outras”, advoga Maria Luís Albuquerque.

Contudo, lamenta, a “boa notícia” para o Governo nesta matéria é que a única agência que dá notação acima de ‘lixo’ a Portugal - a canadiana DBRS - continua a manter o país nesse nível: “a boa notícia é que ainda não aconteceu a desgraça”, ironizou a social-democrata.

Sobre as visões económicas de Bruxelas, a “boa notícia” destacada pelo primeiro-ministro “é que em 2018 Portugal vai estar “a crescer menos dois pontos percentuais” do que em 2015.

“Presumo que para o primeiro-ministro a boa notícia é que não nos disseram que vamos entrar em recessão amanhã. Tem sido sistematicamente assim: boa notícia é não acontecer uma desgraça. Que ambição é esta de um Governo que a única coisa que mostra como resultado do seu trabalho é que não morreu, o Governo ainda não se escangalhou, a maioria ainda não se desmanchou, ainda não perdemos o ‘rating’, a Comissão Europeia não devolveu o Orçamento?”, interrogou.

E foi mais longe: “Isto é suposto serem boas notícias para os portugueses porquê?”, questionou ainda, acrescentando que “mesmo no programa de ajustamento”, com PSD e CDS-PP no poder, “nunca se apresentaram como boas notícias não terem acontecido desgraças.



A vice-presidente do PSD lançou também farpas à proposta de Orçamento para 2017, declarando que o documento mostra uma “total falta de ambição” do Governo e procura a sua “mera sobrevivência a curto prazo”.

No Orçamento, diz a antiga ministra das Finanças, “pouco mais consegue do que garantir o pagamento dos salários e mesmo assim, nalguns casos, vai ter de se ir buscar dinheiro a outro lado qualquer”, o que é “muito pouco” e demonstra uma “total falta de ambição”.

A dirigente do PSD adverte que se forem cortadas “todas as despesas do Estado, a ponto de paralisar os serviços”, o que sobra é financiamento para pagar a funcionários que “não têm condições para fazer aquilo para que são pagos”.

“E isso é o que me parece até mais triste nesta

proposta de Orçamento. É o pouco que representa no sentido de ambição”, continuou.

Depois, a antiga titular da pasta das Finanças citou o caso do ensino superior, nomeadamente o mais técnico e menos virado para as ciências sociais e que necessita, por exemplo, de “equipamentos de laboratório”.

“As universidades se não tiverem dinheiro não conseguem fazer o seu trabalho como deve ser. E este é um exemplo que pode ser replicado em todas as outras atividades”, realçou.

Maria Luís Albuquerque falava na conferência “Financiamento do Ensino Superior”, organizada em Lisboa pelo núcleo de estudantes sociais-democratas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), dia 10 de novembro.

Governo está a travar investimentos rodoviários no distrito do Porto

A distrital do PSD/Porto acusou o Governo de “travar investimentos” em infraestruturas rodoviárias “essenciais” para os concelhos da Maia, Trofa, Famelicão, Penafiel e Marco de Canaveses, todos liderados por sociais-democratas, numa “decisão irresponsável” e “eleitoralista”.

“O PS está a tentar ganhar as eleições autárquicas na secretaria. O Governo está a travar estes investimentos pois estamos a falar de concelhos liderados pelo PSD. Está descaradamente a fazer campanha política, tentando influenciar as eleições autárquicas, prejudicando claramente estes concelhos, as empresas e as pessoas da região”, afirmou Bragança Fernandes, líder da distrital do PSD.

Em conferência de imprensa, dia 10, o também presidente da Câmara da Maia explicou estar em causa o anúncio do ministro do Planeamento sobre a revogação das obras de construção da variante à EN14, do IC35 e da EN211, num valor global de cerca de 38 milhões de euros. “Estes problemas não são de falta de dinheiro. Estamos perante uma questão política”, frisou Bragança Fernandes. “Se o ministro vai parar estas obras com financiamento assegurado, o que vai fazer a este dinheiro? Será que vai servir para fazer obras em concelhos socialistas?”, questionou.

De acordo com Bragança Fernandes, o PSD vai “espe-



rar que o primeiro-ministro revogue a decisão”.

Bragança Fernandes alertou que a EN14 é “o principal eixo exportador de toda a região Norte”, mas está “assente numa via completamente esgotada, insegura e intransitável”.

“Demora-se mais de uma hora para percorrer os 12 quilómetros desde o nó do Jumbo, na Maia, até à Trofa, pela atual EN14”, acrescentou.

De acordo com o autarca, “a variante à EN211 é uma questão de justiça com o interior do distrito e uma questão de segurança, retirando o trânsito dos centros urbanos”.

“Relativamente ao IC35, estamos a falar de uma via importantíssima para a indústria do granito”, disse.

O presidente da câmara de Penafiel, Antonino Sousa, explicou que o IC35 serviria, também, de “alternativa à EN106, uma das vias mais pressionadas e acidentadas do país”.

Manuel Moreira, presidente da Câmara do Marco de Canaveses, lembrou que o IC35 “está prometido desde a queda da ponte de Entre-os-Rios [março 2001]”.

Segundo Bragança Fernandes, no caso da variante à EN14, “o concurso público de construção entre o nó do Jumbo e o interface da Trofa está em fase de avaliação de propostas”.

“Sabemos que a Infraestruturas de Portugal já iniciou processo de expropriações. Se as empresas públicas, quando lançam concursos, têm de ter verbas cativas, o que vai o ministro fazer com o dinheiro destas obras com financiamento assegurado?”, questionou.

Bragança Fernandes lamenta que “para o Norte”, existam “desculpas esfarrapadas”.

“Exemplo desta pouca vergonha também é o caso do metro. Para o Metro do Porto não há dinheiro, mas para o de Lisboa já há”, afirmou.

Por isso, sublinhou, “é extremamente importante a regionalização, para acabarmos com estas injustiças”.



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Portalegre

“Este modelo de desenvolvimento não traz bons resultados”

Teresa Leal Coelho criticou perante militantes e simpatizantes do PSD de Portalegre, dia 14, o modelo de desenvolvimento conduzido pelo Governo, um modelo que não é novo para Portugal, e já mostrou que não traz bons resultados, tendo antes dado provas negativas, como o acumular de défice e de dívida.

“Como é que é possível que o Orçamento seja uma manta de retalhos entre quatro ou cinco partidos que ajustam pequenas medidas? É mercearia pura, mas isto até para mercearia é ofensivo”, afirmou a vice-presidente, acrescentando que assim não há linha de orientação estratégica, há sim um toma lá dá cá.

Comentando estado da banca, a vice-presidente do PSD registou que esta é o bode expiatório que o PS e os seus apoiantes elegeram logo no início do mandato, para pôr em causa os resultados do anterior governo. Ao fazerem isso, tentam escamotear os resultados dos últimos quatro anos. “Herdámos em 2011 uma situação muito complicada de um governo que contava inclusive com o atual primeiro-ministro. Quando tivemos de executar o Memorando de Entendimento, tínhamos inscritos 12 mil milhões de euros para a banca. Durante os últimos quatro anos, o Governo conseguiu resolver 20 milhões de imparidades na CGD, o que significa que a recuperação foi extraordinária”, sublinhou.

Depois de ter utilizado a banca como bode expiatório, depois de ter posto em causa a sobrevivência do BANIF, da CGD e do Novo Banco com uma retórica que pode trazer desconfiança a eventuais compradores e investidores, depois de tudo isto faz uma negociação secreta e contrata uma administração da CGD em condições que não são claras. “Tudo isto é uma trapalhada



para convencer os portugueses que não tivemos uma saída limpa do resgate financeiro”, apontou Teresa Leal Coelho.

Miguel Morgado focou-se no significado político deste Orçamento, começando por dizer que o documento se baseia em mentiras essenciais. Para o deputado do PSD, o futuro da economia passa por aumentar as exportações e do investimento, principalmente do investimento estrangeiro.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD referiu-se ao aumento dos impostos indiretos, que é um dos aumentos mais injustos, pois não diferencia entre ricos e pobres. “Este Orçamento é muito negativo para o futuro a médio e longo prazo, pois este Governo não se mostra disponível para fazer reformas. Quem não está disposto a reformar, a única saída é aumentar impostos. Esta novela não vai terminar quando estivermos a discutir o orçamento para 2018”.

Cristóvão Crespo destacou que a arte maior do Executivo é falsear a realidade, e este Orçamento é precisamente a prova disso. “Este orçamento não é amigo das famílias, do interior, do Estado Social e dos rendimentos das pessoas”, disse. Em relação à agricultura, o deputado eleito pelo distrito de Portalegre criticou o aumento do gasóleo agrícola.

Armando Varela, presidente da Distrital do PSD de Portalegre, classificou este como um “Orçamento que traz mais impostos, agrava e aumenta as injustiças sociais e agrava das desigualdades. Não tem uma estratégia para Portugal, tem si uma tática: a tática de permanecerem no poder, seja por onde for.”



Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão em Santarém

Orçamento “ilude as pessoas”



“O Governo mente descaradamente”, denunciou a vice-presidente do PSD, Teresa Morais. Na sessão das Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão que decorreu no Sardoal, Teresa Morais descreveu o Orçamento do Estado para 2017 como uma “ficção”, sábado, 12 de novembro.

Quando o Governo afirma, no Relatório do Orçamento do Estado para 2017, que existe uma aceleração do crescimento, alicerçado no consumo privado, o Executivo está a faltar à verdade, explicou a vice-presidente do PSD. Na realidade, o crescimento de 0,9% de 2016 está muito abaixo dos 1,6% alcançados no ano passado. E fica também aquém das estimativas de crescimento do próprio Governo: em abril, projetava 1,8% e, em outubro, reviu em baixa e previa 1,2%.

Lembrando as previsões da Comissão Europeia, conhecidas esta semana, a responsável do PSD apontou que tanto 2016 como 2017 e 2018 poderão ser anos perdidos, se o Governo não alterar o rumo até aqui seguido e se as estimativas de crescimento de Bruxelas se confirmarem, uma vez que ficam abaixo do que Portugal alcançou no último ano da governação liderada pelo PSD. E 2015 “foi o ano a seguir à conclusão do programa de ajustamento”, sublinhou.

Em 2016, o investimento caiu abaixo de zero. “O investimento público, aquele pelo qual clamavam os partidos da esquerda, cresceu 18,5% em 2015”, lembrou a vice-presidente do PSD, para contrapor a realidade deste ano: uma queda de perto de 27% neste indicador. A par do crescimento económico anémico e do aumento



da dívida pública em mais de 12 mil milhões de euros, num ano, a realidade impõe uma leitura pessimista que o PSD não recusa, como defendeu Teresa Morais para questionar: “Como é que o país vai sustentar a sua despesa, que aumenta sempre com este governo? Como é que se vai pagar a despesa, com o crescimento anémico?” A resposta, avançou, é por via do agravamento da carga fiscal. Mas o primeiro-ministro “sorri, apesar de aumentar impostos, de ter um crescimento miserável para apresentar, de ter aumentado a dívida pública”, porque “está convencido de que cria a convicção nas pessoas de que vai tudo bem”.

Em 2017, o caminho que o Governo seguirá deverá ser o mesmo. E o Orçamento do próximo ano, caracterizou a vice-presidente do PSD, “ilude as pessoas porque tem uma propaganda associada”, optando por aumentar impostos indiretos, que são mais cegos e injustos mas menos evidentes. É também “enganador”, como já este ano se mostrou enganadora a ideia de que as famílias têm mais dinheiro, já que os números mostram que o aumento do rendimento disponível é de 1,3% em 2016,

contra os 2,2% de 2015. Mas o Orçamento vai sendo “defendido por uma equipa sorridente, fazendo de conta que está tudo bem”. Uma equipa que transformou em cortes permanentes as cativações dos diferentes ministérios, o que está a “impedir os serviços públicos de funcionar com normalidade”. “Para reduzir o défice em quatro décimas, esmifram o país e põem os serviços públicos à mingua”, revelou.

O PSD sabe que “o país devia estar a fazer reformas de fundo”, anotou ainda Teresa Morais, referindo-se aos exemplos da Segurança Social, do setor da saúde e da reforma fiscal abandonada e destacando que o país devia estar a reforçar o combate às desigualdades sociais.

Pedro Pimpão falou do Orçamento do Estado para 2017 nas áreas da educação e da cultura, que descreveu como “uma desilusão”. Apontando que o ministério da Educação “está refém da Fenprof”, o deputado recordou que o Governo do PSD conseguiu reduzir o abandono escolar precoce em 15% e que a política educativa do atual governo é marcada por “cortes cegos” e atrasos nos pagamentos às escolas. “Tenho uma escola profes-



sional no meu território que não recebe verbas desde dezembro do ano passado”, verbas para transportes escolares e subsídios de alimentação que não chegam às famílias, aos pais, às crianças, denunciou Pedro Pimpão. O deputado eleito por Leiria lembrou que há verbas que aumentam no Orçamento da Educação para o próximo ano, mas são despesas do gabinete do ministério de Tiago Brandão Rodrigues. Por outro lado, não há reforço em elementos como a ação social escolar.

O Orçamento para a Cultura é, de resto, inferior ao que o Governo do PSD dedicou a esta área, apesar das “artimanhas” do Executivo. Pedro Pimpão referia-se à inclusão da pasta da comunicação social e da RTP no ministério da Cultura. No caso da televisão pública, o deputado esclareceu que o Governo pretende usar as verbas que existem através da contribuição audiovisual e “usá-las como almofada orçamental”, através do gabinete das Finanças. Os riscos são a instabilidade e a governamentalização da RTP, denunciou.

O governo do PSD, por sua vez, “criou um regime de incentivos à comunicação social e previu verbas no Portugal 2020 para apoiar jornais e rádios locais”, no valor de 1,2 milhões de euros. Pedro Pimpão revelou o estado do processo: “Desde março, estão à espera dos resultados”, porque falta um despacho do Governo para alocar as verbas do Portugal 2020 às CCDRs.

Santarém fora dos apoios para recuperar património após incêndios

Para o deputado Duarte Marques, o Orçamento do Estado para 2017 afeta o distrito de Santarém da mesma forma que prejudica todo o país, com o retrocesso em medidas para a redução do IRC. Com a agravante de que Santarém “estava a crescer acima da média nacional”, quando hoje o que se verifica é a paralisação de medidas positivas como os apoios do IEFP à contratação.

Criticando fortemente a “falta de força” do PS Santarém junto do seu Governo, Duarte Marques denunciou que Santarém é o único distrito do país a ter ficado de fora do plano do Executivo para apoiar as perdas na sequência dos incêndios deste ano e na recuperação do capital produtivo. “O ministro [da Agricultura] não abriu um concurso para estas verbas”, explicou, atribuindo à “incompetência” do gabinete o atual cenário, em que os concelhos de Sardoal, Abrantes e Salvaterra de Magos não podem concorrer àqueles apoios.

No que à Saúde diz respeito, a primeira grande crítica a fazer ao Orçamento é que, para o distrito de Santarém, afinal “há menos dinheiro do que este ano”, destacou Duarte Marques. O deputado lembra ainda que o único investimento que o distrito de Santarém deverá receber é aquele que o governo do PSD deixou planeado para o Centro Hospitalar do Médio Tejo.

Na Educação, a situação é igualmente preocupante, tendo em conta que o Governo “não paga às escolas profissionais desde janeiro”, devendo já 200 milhões

de euros, denunciou. Trata-se da política de “desinvestimento”, refletida igualmente nas obras de que Santarém precisa, para tratar problemas como os da poluição em pontos do distrito como Alcanena.

Duarte Marques deixou ainda uma palavra sobre a Cultura, pasta em que o governo anterior trabalhou para melhorar Santarém. “Todo o distrito merece ter capelas restauradas como o Sardoal tem”, apontou Duarte Marques recordando as verbas na ordem dos quatro milhões de euros atribuídas pelo Executivo de Pedro Passos Coelho à recuperação de património do Médio Tejo.

Coube a Nuno Serra, na qualidade de presidente da Distrital do PSD de Santarém, conduzir a sessão. O deputado e vice-presidente da bancada parlamentar do PSD lembrou aos presentes que o Orçamento de 2017 “vai definir o nosso futuro”, no sentido em que as opções que a proposta do Governo traz vão condicionar o próximo ano. “O que está em causa”, concluiu, “é o trabalho que fizemos nos últimos quatro anos”.



Esgotos correm a céu aberto para o rio Tejo no Montijo



O PSD do Montijo alerta que existem casos de esgotos urbanos a ser encaminhados diretamente para o rio Tejo, a céu aberto, mas a autarquia argumenta que as situações por resolver não são da sua responsabilidade. “Só na freguesia de Sarilhos Grandes existem pelo menos duas saídas de esgoto sem tratamento a ser despejado para o rio Tejo, poluindo gravemente as águas e pondo em perigo a saúde pública”, refere o PSD em comunicado, 10 de novembro.

Os sociais-democratas acusam o presidente da autarquia, Nuno Canta, de “fechar os olhos” à situação. “Esta situação não pode continuar, a bem da população e do próprio ambiente do concelho. Não há qualquer ideia estratégica para o aproveitamento turístico, ambiental e económico do rio Tejo”, lamentou o PSD do Montijo.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Matos Rosa em Vale de Cambra

O secretário-geral do PSD participou sábado, 12 de novembro de 2016, num jantar com militantes de Vale de Cambra, distrito de Aveiro.



Proposta para ciência e ensino superior “fica aquém” das expetativas

Para o PSD, a proposta de Orçamento do Estado de 2017 (OE2017) para a ciência e o ensino superior “fica aquém” das expetativas, uma expressão usada pelo próprio ministro da tutela em outubro.

Durante o debate na especialidade, o deputado social-democrata Duarte Marques advogou que a proposta orçamental “fica aquém das expetativas”, nomeadamente do “aumento significativo” prometido pelo primeiro-ministro, António Costa, nas dotações para a ciência e o ensino superior.

De acordo com o deputado social-democrata, o orçamento para as universidades e os institutos politécnicos públicos “é, na prática, igual” ao de 2016, porque as dotações são direcionadas para a reposição de salários e não para o investimento direto nas instituições.



Transferência do Museu Nacional da Música para Mafra

Os parlamentares sociais-democratas, eleitos pelo círculo eleitoral de Lisboa, querem que o Museu Nacional da Música, atualmente sediado na estação do Metropolitano dos Altos Moinho, seja transferido para Mafra, em espaço contíguo ao Convento da Vila.

A exigência dos deputados foi renovada após a visita que efetuaram àquele Monumento Nacional, acompanhados pelo presidente da Câmara Municipal de Mafra e vereadores, no âmbito das Jornadas do Património e da Cultura dinamizadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Segundo os sociais-democratas existe já um protocolo nesse sentido celebrado pelo anterior Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier.

A visita serviu ainda para abordar as temáticas da degradação dos carrilhões do Convento, cuja resolução urgente tarda em avançar, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira da Tapada de Mafra, património natural e reserva de biodiversidade.





povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1038 • 27 DE SETEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00



O futuro é já domingo

Vota

PPD / PSD



Edição n.º 1038 do "Povo Livre", de 27 de setembro de 1995. Manchete: "O futuro é já domingo". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 17 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 16h30, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h30 às 22h30.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Novembro de 2016 (quinta-feira), pelas 20h30, na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177-1º, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Outros assuntos

AVIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Avis, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00, na sede, sita na Rua Machado dos Santos nº 30, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção).

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 30 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita no Quinchoso – Cabeceiras de Basto, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção (Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção).

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00 e as 21h00.

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canidelo - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 17 de Dezembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Junta de Freguesia de Canidelo, sita na Rua António Ferreira Braga Júnior, 358 – Canidelo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Canidelo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta no último dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Elvas para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2016 (terça-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Feira, 32, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleições autárquicas 2017
- 2 – Análise da situação política local

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Processo Eleitoral Autárquico
- 3 – Assuntos diversos

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Novembro de 2016 (sábado), pelas 15h00, na sede da Secção de Portimão, sita na Rua Infante D. Henrique, nº 110 - Portimão, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política

LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, nas Caldas da Rainha, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, 18 r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 - Análise da situação política distrital e nacional

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Lourinhã, para reunir no próximo dia 18 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Engº. Adelino Amaro da Costa, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Eleições Autárquicas
- 3 – Outros assuntos

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B – Ericeira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Recepção a novos militantes
- 2 – Análise da situação política nacional, regional e local
- 3 – Actividades da CPS – Mafra e gabinetes de apoio
- 4 – Assuntos diversos

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Monchique, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2016 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Rua Francisco Gomes de Avelar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Outros assuntos

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Novembro de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Luís Torres, 4-2º, - Pombal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior
- 2 - Informações da Comissão Política de Secção
- 3 - Autárquicas 2017
- 4 - Outros Assuntos

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 25 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Vieira Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais

SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, no Fórum Cultural de Alcochete, sito na Estrada Municipal, 501 Moinhos - Alcochete, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Orçamento 2017
- 3 – Aprovação de Estratégia Autárquica
- 4 - Análise da situação político - partidária

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2016 (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.3,- Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Apresentação do plano de actividades para 2017
- 4 - Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2017

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Camilo Tavares de Matos (edifício da Caixa Geral de Depósitos) nº 352 – 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política - partidária
- 2 – Outros assuntos de interesse

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vendas Novas, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00 na sede, sita na Rua da Azinheira, 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 20h00.às 22h30.



ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 17 de dezembro de 2016, pelas 18h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Estrada Nª Senhora dos Covões, nº 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD de Alvaiázere.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um

período de quatro horas, a saber: 18h00m - 22h00m.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 2 de Dezembro (sexta-feira), pelas 21h, na sede concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes Faria, n.º226, 1.º Dto., Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos de interesse para a JSD.

**ALTERAÇÃO DE DATA
BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Braga, para reunir no dia 2 de Dezembro de 2016, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local;
- 3 - Análise da situação política nacional.

CORUCHE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se os militantes para o Plenário da Juventude Social Democrata da Secção de Coruche, para reunir no dia 3 de Dezembro de 2016, pelas 16 horas, na Travessa dos Guerreiros nº26, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço do primeiro ano de mandato da concelhia da JSD;
- 2 - Análise da Situação Política Local;
- 3 - Informações;
- 4 - Outros assuntos.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio

da JSD de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro (terça-feira), pelas 19 horas, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, nº 309- Dto, 4590-508 Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Paços de Ferreira.

Nota:

As listas deverão, nos termos e com os requisitos do artigo 4º do Regulamento Eleitoral da JSD, ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23:59, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas entre as 19h00m e as 21:00horas

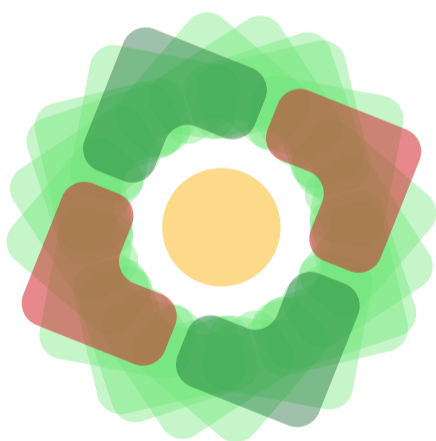
TERRAS DE BOURO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta Concelhia para o Plenário Concelhio da JSD de Terras de Bouro a ter lugar no dia 17 de dezembro de 2016, pelas 20h00m, na Junta de Freguesia de Rio Caldo, sita em Lugar de Paredes, Rua 5, nº 62, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD de Terras de Bouro.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. As urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 20h00m - 22h00m.



JORNADAS

**CONSOLIDAÇÃO,
CRESCIMENTO
E COESÃO**

ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

Setúbal

16 novembro

Évora

19 novembro

Castelo Branco

19 novembro

Leiria

21 novembro

Lisboa A0

24 novembro

Faro

25 novembro

Guarda

25 novembro

Porto

26 novembro

Lisboa

28 novembro

